



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICHRISTUS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

PAULO DANIEL SALLES PONTES

**RETRATOS SOCIOECONÔMICOS DA POBREZA URBANA: EDUCAÇÃO E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

FORTALEZA

2023

PAULO DANIEL SALLES PONTES

RETRATOS SOCIOECONÔMICOS DA POBREZA URBANA: EDUCAÇÃO E
POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Administração
do Centro Universitário Unichristus,
como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel em Administração.

Orientador(a): Dr. Felipe Gerhard.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P813r Pontes, Paulo Daniel Salles.
Retratos socioeconômicos da pobreza urbana: : educação e
políticas públicas / Paulo Daniel Salles Pontes. - 2023.
22 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Administração,
Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Felipe Gerhard.

1. Pobreza. 2. Abordagem das capacitações. 3. Políticas públicas
educacionais. I. Título.

CDD 658

PAULO DANIEL SALLES PONTES

RETRATOS SOCIOECONÔMICOS DA POBREZA URBANA: EDUCAÇÃO E
POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Administração
do Centro Universitário Christus, como
requisito parcial para obtenção do título
de bacharel em Administração.

Orientador(a): Dr. Felipe Gerhard.

Aprovada em: 28 / 06 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Felipe Gerhard
Orientador(a)

Professor Dr. Elnivan Moreira de Souza
Membro da Banca

Professor Dr. Felipe Roberto da Silva
Membro da Banca

RETRATOS SOCIOECONÔMICOS DA POBREZA URBANA: EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SOCIOECONOMIC PORTRAITS OF URBAN POVERTY: EDUCATION AND PUBLIC POLICIES

Paulo Daniel Salles Pontes¹
Felipe Gerhard²

RESUMO

O presente estudo analisa a pobreza a partir da abordagem das capacitações de Amartia Sen, na qual a condição de escassez e a privação de oportunidades tolhem as capacitações básicas dos indivíduos. Nesse ínterim, o estudo possui como objetivo analisar a evolução da condição socioeconômica, entre os anos de 2010 e 2019, da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Moura Brasil, marcada pelo contexto de pobreza, buscando-se gerar reflexões para o âmbito das políticas públicas educacionais. Para isso, foi realizada uma pesquisa de fins descritivos e natureza quantitativa dividida em duas etapas investigativas que conjugavam a análise de dados secundários, coletados por meio de levantamentos de órgãos governamentais, e primários, obtidos por meio de *survey*. Os resultados apontam para a necessidade de enfrentamento das questões socioeconômicas com a implementação de políticas públicas de fomento e desenvolvimento econômico e social baseadas no incremento do sistema educacional. Um problema central observado durante o estudo foi a relação inversamente proporcional entre baixo nível de escolaridade e os rendimentos familiares. Observou-se, igualmente, uma alta quantidade de pessoas acima de 18 anos fora da faixa escolar e sem ensino médio, o que justifica a necessidade de enfrentamento dessa realidade com políticas públicas educacionais que atendam a essa parcela específica da população.

Palavras-chave: Pobreza. Abordagem das capacitações. Políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

The present study analyzes poverty from the perspective of Amartia Sen's capabilities, in which the condition of scarcity and the deprivation of opportunities hamper the basic capabilities of individuals. In the meantime, the study aims to analyze the evolution of the socioeconomic condition, between 2010 and 2019, of the Special Social Interest Zone (ZEIS) Moura Brasil, marked by the context of poverty, seeking to generate reflections for the scope of the educational public policies. For this, a descriptive and quantitative research was carried out, divided into two investigative stages that combined the analysis of secondary data, collected from government agencies, and primary data, obtained through a survey. The results point to the need to face socioeconomic issues with the implementation of public policies for the promotion and economic and social development based on the improvement of the educational system. A central problem observed during the study was the inversely proportional relationship between low schooling level and family income. There was also a high number of people over 18 who were out of school and without secondary education, which justifies

¹ Graduando em Administração pela Unichristus – danielpsp@hotmail.com.

² Professor de Graduação do curso de Administração da Unichristus, Doutor em Administração – coordadmead@unichristus.edu.br.

the need to face this reality with educational public policies that serve this specific portion of the population.

Keywords: Poverty. Capabilities Approach. Educational public policies.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um objeto sociológico *sui generis*. A vida cotidiana de consumidores em estado de pobreza é marcada por restrições em diferentes instâncias sociais, como baixo nível de renda, habitações em condições subnormais, dificuldade de acesso à saúde, educação, entre outros fatores que se fazem presentes em mais da metade da população mundial (DAVIS, 2015). A literatura corrente tem observado os diferentes impactos dessas restrições sobre os padrões de consumo das pessoas, oportunidades, visões de mundo e bem-estar (e.g., HILL; MARTIN; CHAPLIN, 2012; HAMILTON; CATTERALL, 2005; SAATCIOGLU; CORUS, 2014). Dessa forma, por caracterizar-se como um fenômeno complexo, demandam tratamento multidimensional, transdisciplinar e interrelacional. Visões hegemônicas baseadas tão somente na visão de privações enquanto questões monetárias acarretam apenas em soluções parciais (SANTOS, 2013).

Nessa perspectiva, a abordagem da pobreza multidimensional de Amartya Sen (2013) pode proporcionar uma nova compreensão da pobreza. Perpassando a visão unidimensional focada somente na privação material ou escassez monetária, Sen (2013) incorpora múltiplas formas de restrições, como dificuldades de acesso a renda, saúde, alimentação, vestuários, lazer e dentre outras privações enfrentadas pelos indivíduos a educação (ALKIRE; SANTOS, 2010; ALKIRE; FOSTER, 2011).

A abordagem proposta por Sen (2013) surge, portanto, como uma forma de compreender a pobreza de uma maneira mais holística, integrando em sua concepção a visão das distintas privações que tolhem as capacitações básicas de um indivíduo. A partir dessa interpretação, Sen (1983; 2013) transfere a análise da pobreza como uma escassez material, *per se*, para a escassez de oportunidades. Devido a essa perspectiva, a proposta de Amartya Sen ganha a denominação de abordagem das capacitações.

A abordagem das capacitações busca melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza, desviando o seu foco dos meios (como a baixa renda) “para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins” (SEN, 2013, p. 123). Nesse sentido, a educação ganha relevância central para a abordagem, uma vez que se caracteriza como um dos meios fundamentais para se alcançar os fins suscitados pelo autor.

A educação enquanto categoria fundamental de desenvolvimento social deve promover a ascensão do indivíduo e o seu bem-estar suprimindo a condição de escassez outrora determinada pela pobreza oriunda da desigualdade social e econômica, inerentes ao complexo sistema social e econômico capitalista nas suas mais diversas dimensões. Nesse inter, a educação deve ser libertadora promovendo a emancipação dos sujeitos e transformando suas realidades contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Destarte, inspirado na literatura de desenvolvimento humano, o presente trabalho compreende a pobreza enquanto um estado de privação de capacidades básicas, cuja negação das oportunidades a cada indivíduo impede que estes expandam suas capacidades para o aumento de suas liberdades e, subsequentemente, da melhoria de seu padrão de vida (SEN, 2013). Como reflexo disso, políticas ou programas de desenvolvimento devem promover a contínua formação e o fortalecimento das

capacidades individuais para permitir que as pessoas vivam a vida que valorizam e ajudá-las a buscar e alcançar seu potencial.

Baseando-se nas concepções apresentadas, a presente pesquisa possui como objetivo analisar a evolução da condição socioeconômica, entre os anos de 2010 e 2019, de uma comunidade marcada pelo contexto de pobreza, buscando-se gerar reflexões para o âmbito das políticas públicas educacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POBREZA E BEM-ESTAR

A necessidade em requalificar o debate em torno da temática da pobreza reflete a própria exigência de entender as interrelações às quais as condições de escassez podem desempenhar nos padrões de vida dos indivíduos. Neste âmbito, um dos principais ganhos proporcionados pela abordagem seniana é o tratamento multidimensional da pobreza, o que reflete em uma noção, antes de tudo, política, pois introduz um benefício interpretativo acerca das privações enfrentadas pelos indivíduos, muito além apenas da dimensão monetária. A transição da perspectiva dos resultados e ganhos para o foco das liberdades individuais evidencia a pertinência de se considerar a condição de agência para análise dos estudos da pobreza. Nesse caso, ao invés de restringir-se apenas sobre as satisfações pessoais por intermédio do consumo de bens ou recursos, a abordagem das capacitações permite uma nova orientação de como se analisar a pobreza, realçado a forma de como os indivíduos realizam suas ações e voltando-se às oportunidades disponíveis para que realizem suas escolhas.

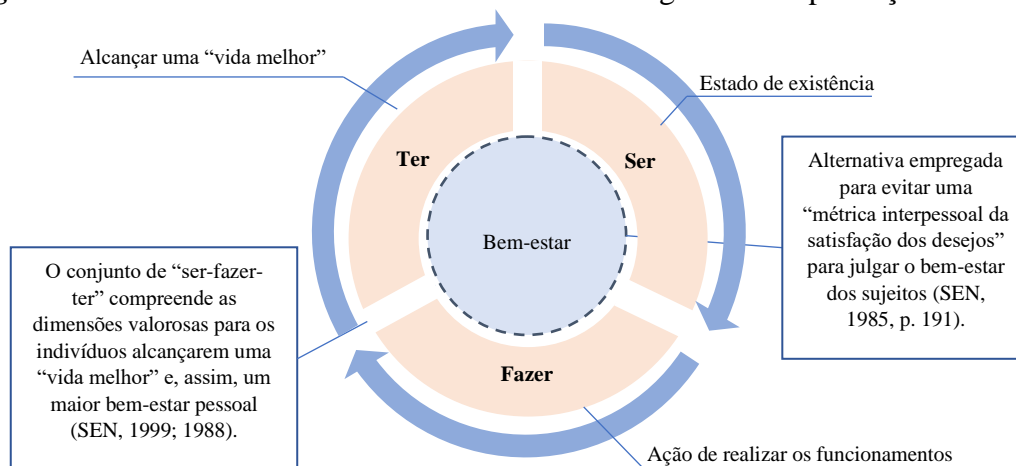
Dessa maneira, a abordagem de Sen (1985; 1999) possibilita uma requalificação sobre o bem-estar humano na pobreza, pois ao procurar mensurar o padrão de vida deve-se estar atento para a própria vida e não para a posse de mercadorias. Tal perspectiva reflete a ideia de que o bem-estar deve ser entendido a partir das liberdades substantivas dos sujeitos de escolherem uma vida que possuem razão de valorizar. Sob essa ótica, a análise do bem-estar – e por consequência da pobreza – transfere-se de a conquista material para a liberdade dos sujeitos efetuarem seus funcionamentos (*functionings*) (SEN, 1985; 1999; VITA, 1999).

De acordo com Sen (1985), as capacidades representam as chances e as oportunidades de o indivíduo exercer de modo desejado seus funcionamentos. Os funcionamentos, por sua vez, traduzem-se nos conjuntos de ações e práticas que permitem a escolha dos tipos de vida desejados pelas pessoas, refere-se às diversas combinações de “ser” e “fazer” que os indivíduos podem – e possuem razões para valorizá-las – escolher para sua vida. Essa visão busca, acima de tudo, transgredir ao tratamento instrumental concebido pelo utilitarismo aos direitos e às liberdades pessoais, constituindo uma avaliação do bem-estar baseado na condição de agência de o indivíduo alcançar aquilo que ele considera como algo valorativo.

Uma análise que se concentra apenas na condição de bem-estar do indivíduo – aduzindo a maximização da utilidade através da realização dos desejos pessoais – pode ser particularmente restritiva principalmente em investigações que possuem foco em indivíduos em situação de desvantagem social (SEN, 1985). Isto, pois, o bem-estar pode ser facilmente influenciado por condicionamentos mentais e atitudes adaptativas, de modo que os desejos pessoais se ajustam às circunstâncias sociomateriais experienciados pelos sujeitos, sobretudo como forma de tornar a vida, diante das situações adversas sofridas, mais suportável (SEN, 1988; KERSTENETZKY, 2000; MAGALHÃES et al., 2011).

Desse modo, utilizar como padrão de avaliação de bem-estar apenas pela satisfação dos desejos materiais pode emudecer as vozes dos sujeitos em circunstância de pobreza, pois o uso de uma “medida mental do prazer ou do desejo é maleável demais para constituir-se como um guia confiável para compreender o bem-estar de pessoas em situação de desvantagem ou de privação social” (SEN, 2013, p. 89). Nesse interim, a alternativa empregada para evitar uma “métrica interpessoal da satisfação dos desejos” (SEN, 1985, p. 191) para julgar o bem-estar dos sujeitos deve focar-se na compreensão do conjunto “ser-fazer-ter” que compõem as dimensões valorativas para se alcançar uma “vida melhor”. A representação gráfica da compreensão do bem-estar na abordagem seniana pode ser visualizada na Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Dimensões do bem-estar dentro da Abordagem das Capacitações de Sen



Fonte: Elaboração própria.

Nesse caso, o bem-estar para Sen (1985) não ressalta apenas um processo valorativo de escolha de itens ou bens valorizados, mas reflete o conjunto de funcionamentos para execução de seu nível de agência como forma de alcançar uma realização pessoal ou uma vida mais digna. Ou seja, dentro da concepção da abordagem das capacidades, se valoriza um tipo específico de vida, mas sim a garantia de oportunidades e de capacidades para que o indivíduo possa escolher entre os tipos de vida diferentes a partir do conjunto capacitário: do “ser”, condição essencial para garantir à pessoa sua condição de agência e alcançar os fins que possuem razão de busca; do “fazer”, estado no qual o indivíduo é capaz de efetuar sua condição de agência e realizar os seus funcionamentos; do “ter”, estágio que manifesta as condições financeiras para o alcance dos bens materiais desejados (MAGALHÃES et al., 2011; SEN, 1988).

Logo, em sociedades em que a condição de pobreza costuma ser a norma social vigente, o “ser” e o “fazer” são extremamente valorizadas entre os indivíduos, pois não são condições inatas na sociedade. Essas liberdades, por não serem universalizadas, encontram-se em constante ameaça e, por isso, são constantemente buscadas pelos indivíduos. Nesse caso, o “ter” – embora seja constantemente o objeto almejado por inúmeras políticas públicas que buscam a melhoria da qualidade de vida da população – representa apenas uma dimensão do bem-estar perquirido por consumidores pobres, sendo um dos sustentáculos ao qual se assenta o conjunto capacitário humano (SEN, 1983; 1997; KERSTENETZKY, 2000; MAGALHÃES et al., 2011).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS DE POBREZA

A orientação dada às políticas públicas educacionais no Brasil tem sido norteada nos últimos anos por diretrizes de alívio da pobreza procurando reduzir as desigualdades sociais presentes no contexto socioeconômico brasileiro e que atingem diretamente as famílias com menor renda e com menores níveis de escolaridade. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006). Nesse sentido, as políticas públicas educacionais engendradas por instituições internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – Unesco –, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e com destaque para o Banco Mundial que é o principal agente financiador de políticas de alívio de pobreza em países emergentes como o Brasil assim como também em regiões periféricas do mundo.

Contudo, tais políticas de alívio da pobreza ainda não foram capazes até o presente momento de garantir a redução da desigualdade por meio da intervenção da política neoliberal de garantia de direitos educacionais, pelo contrário, tais políticas ao longo dos anos têm promovido mais exclusão do que inclusão aprofundando ainda mais o abismo educacional e social entre as classes sociais brasileiras.

Essas políticas públicas educacionais, têm sido institucionalizadas com o objetivo de redução da pobreza a partir da intervenção do estado como agente promotor de justiça social, utilizando o espaço escolar para o acolhimento e proteção do indivíduo baseado na aplicação de currículo instrumental voltado para obtenção de resultados de desempenho escolar. A aplicação dessas políticas ao longo dos últimos anos resignificou e transformou a idéia de escola e da sua real função implicando na mudança de foco do ensino-aprendizagem para atender a outros papéis que não a sua vocação inicial de formação cultural e científica esvaziando o sentido educacional da escola e, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar. (LIBÂNIO, 2016)

Nesse sentido, as finalidades e formas de funcionamento da escola estão orientadas segundo determinação de organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, promovidas por políticas públicas educativas de proteção à pobreza, baseadas: na produção de currículo instrumental e/ou índices e metas baseada em resultados imediatistas; na orientação sociológica/intercultural de atenção à diversidade social e cultural, geralmente ligada aos estudos no campo do currículo; e na orientação dialético-crítica, assentada na tradição da teoria histórico-cultural ou em versões de pedagogias sócio-críticas. (LIBÂNIO, 2016)

3 METODOLOGIA

Com o intuito de se analisar a evolução da condição socioeconômica de uma comunidade marcada pelo contexto de pobreza, foi realizada uma pesquisa de fins descritivos e natureza quantitativa (VERGARA, 2016) dividida em duas etapas investigativas. A primeira etapa teve como foco o levantamento de informações provenientes de bases de dados secundários. Foram utilizadas como fonte de informação as bases de dados oficiais de instituições públicas entre os anos de 2010 e 2019, quais sejam: i) Governo Federal; ii) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); iii) Prefeitura de Fortaleza. A segunda etapa do estudo teve como objetivo levantar e analisar dados primários comparando-os àqueles coletados na primeira etapa da pesquisa.

3.1 CONTEXTO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no contexto socioeconômico da ZEIS Moura Brasil. Uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) é uma área delimitada em uma cidade ou município que é designada para fins específicos de promoção de habitação social e desenvolvimento urbano sustentável. As ZEIS são geralmente estabelecidas em áreas urbanas onde existe uma concentração de população de baixa renda, com o objetivo de garantir o acesso à moradia adequada e promover a inclusão social.

Uma das principais características das ZEIS é a participação social, que envolve a consulta e o envolvimento dos moradores e da comunidade local nas decisões sobre o planejamento, implementação e gestão das ações realizadas nessas áreas. A participação social busca garantir que as necessidades e demandas da população de baixa renda sejam consideradas na formulação e implementação de políticas e programas habitacionais, promovendo assim a justiça social e a equidade urbana. Nesta pesquisa, foram realizados estudos na ZEIS Moura Brasil, situada na região litorânea da cidade de Fortaleza. O bairro que compõe a ZEIS é o Arraial Moura Brasil e a sua zona de influência econômica corresponde aos bairros Centro e Jacarecanga.

3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E AMOSTRA

A etapa de exame de bases de dados teve como principal fonte de informação as plataformas e repositórios institucionais de organizações públicas. O levantamento de dados secundários buscou contemplar o objetivo de pesquisa a partir de uma análise do bairro que compõe a ZEIS e dos bairros adjacentes que compõem a sua zona de influência econômica. As principais bases de dados utilizadas foram: Censo do IBGE (Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA), realizado em 2010; Bases estatísticas RAIS/CAGED (Relação Anual de Informações Sociais / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre os anos de 2006 e 2017; Dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR).

Para a coleta de dados quantitativos, foi aplicado um *survey* com os habitantes domiciliados na ZEIS Moura Brasil. Ao todo, foram aplicados 110 questionários no bairro Arraial Moura Brasil, que compreende a ZEIS. O valor amostral utilizado nesta pesquisa contempla os critérios necessários para a realização de teste estatísticos baseados em diferença de médias de amostras pareadas (G Power: $\alpha = 0,05$; amostra: 45). A amostra de pesquisa buscou contemplar os perfis da comunidade estudada, levantados por meio da análise dos dados secundários. Foi definida a amostra para a pesquisa utilizando-se a técnica de amostragem não probabilística por conveniência (HAIR et al., 2005).

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da amostra

Variável	N	%	Média	Desvio Padrão
Gênero	110	100		
Feminino	67	60,9		
Masculino	43	39,1		
Orientação Sexual	106	100		
Heterossexual	102	96,2		
Homossexual	3	2,9		
Outro	1	0,9		

Cor Autodeclarada	110	100		
Negra	22	20		
Parda	75	68,2		
Branca	13	11,8		
Estado Civil	110	100		
Solteiro(a)	59	53,7		
Casado(a)	44	40		
Separado(a)	5	4,5		
Viúvo(a)	2	1,8		
Escolaridade	110	100		
Nunca Estudou	2	1,8		
Ensino Fundamental Incompleto	23	20,9		
Ensino Fundamental Completo	18	16,4		
Ensino Médio Incompleto	12	10,8		
Ensino Médio Completo	43	39,1		
Ensino Técnico	1	0,9		
Ensino Superior Incompleto	6	5,5		
Ensino Superior Completo	5	4,5		
Idade	110	100	37,5	13,5
Renda Familiar Mensal	110	100	1.685,70	1.224,10

Fonte: Elaboração própria.

O instrumento de pesquisa foi elaborado utilizando por base o levantamento de construtos e variáveis provenientes da revisão da literatura e do levantamento de dados secundários. O questionário é constituído por três seções. A primeira seção teve por objetivo levantar informações que possibilitem o delineamento do perfil socioeconômico da amostra (Tabela 1). A segunda seção buscou identificar aspectos relacionados ao trabalho e renda dos entrevistados, bem como a sua relação com o contexto econômico da comunidade. A terceira foi composta pela Escala da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), utilizada como critério de classificação econômica, a qual foi adaptada para os contextos desta pesquisa. Não foram observados *missing values* na amostra de pesquisa. Os *outliers* foram retirados considerando-se valores superiores a 3 desvios-padrões em módulo.

3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados secundários e primários coletados na pesquisa, foram aplicados módulos de estatística descritiva e a técnica de estatística inferência Análise de Variância (ANOVA). A ANOVA é uma técnica estatística usada para determinar se as amostras de dois ou mais grupos surgem de populações com médias iguais. A análise de variância emprega uma medida dependente, ao passo que análise multivariada de variância compara amostras com base em duas ou mais variáveis dependentes (HAIR et al., 2006).

A análise de variância é utilizada para o estudo das diferenças nos valores da média da variável dependente associados ao efeito das variáveis independentes controladas, após levar em conta a influência das variáveis dependentes não controladas (MALHOTRA, 2004). Em essência, aplica-se a análise de variância como um teste de médias para duas ou mais amostras. A hipótese nula, tipicamente, indica que todas as

médias são iguais (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). O *software* utilizado para a realização das técnicas estatísticas da pesquisa foi o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) 26.0.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 DESCRIÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Para realizar uma descrição do estoque de empregos e vínculos empregatícios no bairro Arraial Moura Brasil, foram utilizados os dados do Sistema Rais/Caged, disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza (2023). De acordo com dados, as atividades econômicas formais do bairro se concentram em apenas três classes principais, quais sejam: comércio, alojamento e outras categorias de serviços (Tabela 1). Ao todo, foram registrados 941 vínculos ativos no ano de 2016, cujos postos de trabalho foram ofertados por 57 empresas.

Tabela 1 – Atividades econômicas e vínculos ativos Arraial Moura Brasil – 2016

Título Classe		Arraial Moura Brasil		
		Empresas	Vínculos	%
Classe	Total:	57	941	100
C	Indústrias de transformação	6	35	3,72
F	Construção	3	12	1,28
G	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	32	202	21,47
H	Transporte, armazenagem e correio	3	15	1,59
I	Alojamento e alimentação	2	364	38,68
S	Outras atividades de serviços	7	281	29,86

Fonte: Sistema Rais/Caged, obtidos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza (2023).

Aliado à análise da evolução das atividades econômicas do bairro entre os anos de 2006 e 2016, observa-se que a quantidade de vínculos formais cresceu de 447 para 941, representando um aumento de cerca de 110% em 10 anos. No entanto, a quantidade de estabelecimentos formais apresentou uma redução de 3,5%, passando de 60 em 2006 para 57 em 2016. Outros dois fatores devem ser pontuados ao se analisar a evolução do estoque de empregos no bairro. Primeiramente, apesar de se caracterizar como a atividade econômica com maior número de vínculos no bairro, o setor de hotelaria é composto por apenas uma empresa, responsável por empregar 350 pessoas em 2016. Em segundo lugar, as demais atividades representativas estão associadas ao setor público, i.e., Atividades de Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte, o que pode indicar que boa parte dos vínculos empregatícios originários do bairro não seja ocupada por seus próprios moradores (Tabela 2).

Tabela 2 – Subclasses de atividades econômicas Arraial Moura Brasil - 2016

Título Subclasse		Empresas	Vínculos	%
Classe	Total:	25	817	86,82
S	Atividades de Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte	1	263	27,9
G	Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores	3	53	5,6
G	Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, sem Manipulação de Fórmulas	2	47	5,0
I	Hotéis	1	350	37,2

Fonte: Sistema Rais/Caged, obtidos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza (2023).

4.2 TRABALHO E RENDA

De acordo com o Censo do IBGE, o bairro Arraial Moura Brasil possuía 3.745 habitantes em 2010. Seccionando-se o contingente da população economicamente ativa em estratos de renda, observa-se que o maior número de domicílios está presente no estrato de rendimento entre 1 e 2 salários-mínimos (31,05%). De modo acumulado, cerca de 55% dos domicílios do bairro possuem uma renda total de até 2,0salários-mínimos (Tabela 3). Ressalta-se que, segundo o Relatório Fortaleza 2040, o bairro possuía 1.104 imóveis em 2012, valor ligeiramente superior aos 1.050 imóveis levantados pelo Censo de 2010.

Tabela 4 – Domicílios particulares permanentes x classes de rendimento Arraial Moura Brasil - 2010

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar	Total	Média (R\$)	2019 (R\$)*	%
Total	1.050	1.321,13	2.240,26	100
Até 1/4 de salários-mínimos	14	77,36	131,18	1,33
Mais de 1/4 a 1/2 salários-mínimos	28	195,86	332,12	2,67
Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo	216	475,29	805,96	20,57
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	326	841,57	1.427,06	31,05
Mais de 2 a 3 salários-mínimos	189	1.314,76	2.229,46	18,00
Mais de 3 a 5 salários-mínimos	144	1.953,68	3.312,88	13,71
Mais de 5 a 10 salários-mínimos	75	3.515,52	5.961,31	7,14
Mais de 10 a 15 salários-mínimos	15	5.944,80	10.080,68	1,43
Mais de 15 a 20 salários-mínimos	4	8.727,50	14.799,34	0,38
Mais de 20 a 30 salários-mínimos	4	11807,50	20.022,13	0,38
Mais de 30 salários-mínimos	2	19.405,00	32.905,32	0,19
Sem rendimento	33	0,00	0,00	3,14
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

* Fator de correção Ano 2019 = 1,6957133.

Os valores apresentados nas tabelas anteriores, baseados no Censo de 2010, encontram ressonância com os dados apresentados na Tabela 4, as quais sintetizam e atualizam os rendimentos domiciliares e per capita para o ano de 2019 por meio de um survey realizado com os moradores da ZEIS Moura Brasil.

Tabela 4 – Rendimentos familiares e per capita Arraial Moura Brasil – 2019

Variável	N	Mín	Máx	Média
Renda Familiar Mensal	110	60,0	8.982,0	1.685,7
Número de Pessoas no Domicílio	110	1	10	4,25
Número de Pessoas com Rendimento no Domicílio	110	0	7	1,74
Renda per capita mensal	110	8,57	2.245,5	470,5
Número de Pessoas Maiores de 18 anos no Domicílio	110	0	6	2,85
Número de Pessoas Desempregadas no Domicílio	110	0	5	1,61

Fonte: dados da pesquisa de campo.

A Tabela 4 complementa os dados levantados no censo 2010. De acordo com estes resultados, a renda familiar média, em 2019, é de R\$ 1.685,00, um valor abaixo do valor corrigido pela inflação, levantado pelo IBGE, de R\$ 2.240,46 em 2010. Assim, a tabela revela um empobrecimento generalizado das famílias em relação à pesquisa anterior do IBGE. Esse fenômeno de empobrecimento está intimamente relacionado a uma outra questão ligada ao ambiente econômico do bairro, a informalidade. As variáveis número de pessoas maiores de 18 anos no domicílio e número de pessoas desempregadas no domicílio ajudam a entender um pouco mais as razões desse empobrecimento. Em média, os domicílios da ZEIS possuem uma quantidade maior de pessoas desempregadas (1,61) do que empregadas (1,24) em idade economicamente ativa. Vale ressaltar que, na pesquisa realizada neste trabalho, estar desempregado não necessariamente indica não possuir rendimento ao longo no mês. Os respondentes muitas vezes se detinham a explicar a composição da renda doméstica para os pesquisadores, revelando dados e informações sobre os “serviços”, geralmente de natureza informal, realizados pelos membros da família. Assim, parcela significativa dos respondentes ressaltou o papel das atividades informais e esporádicas na formação da renda doméstica.

O trabalho informal dentro da própria ZEIS, seja como proprietário ou empregado, é uma das principais alternativas de renda para parte da população local. De acordo com os dados do *survey*, cerca de 22% dos entrevistados indicaram possuir algum negócio; dentre estes 85,7% são proprietários de negócios informais. Ao todo, a informalidade é responsável pela renda de 48,5% da amostra. Apesar da alta representatividade do setor informal, a baixa remuneração relativa desse setor quando comparada ao mundo formal é evidente. Em média, quem possuía um trabalho informal (R\$ 409,06; 0,4 SM) relatava uma faixa salarial significativamente inferior àqueles que relatavam um trabalho formalizado (R\$ 582,37; 0,6 SM) ($F(1, 65) = 3,883$; $p < 0,05$). A renda auferida pelos trabalhadores informais é 29,75% menor do que a renda no setor formal. Em grande medida, as atividades desempenhadas pelos respondentes que trabalham de modo informal são variadas, abrangendo desde costuraria e comércio a marcenaria e mecânica. Entretanto, atividades com baixa qualificação profissional são as que mais se destacam, em especial a de vendedor ambulante.

4.3 INDICADORES DE BEM-ESTAR

Com o intuito de se analisar especificamente a evolução da desigualdade econômica na ZEIS, o índice GINI foi calculado com base tanto nos dados do censo do IBGE de 2010 quanto na coleta de campo de 2019. O índice de GINI é um instrumento

utilizado para medir o grau de concentração de renda, apontando a diferença de rendimento dos mais pobres e dos mais ricos. Como medida, seu valor varia de zero a um: quanto mais próximo de um, maior o nível de concentração de riqueza.

O índice de GINI do bairro em 2010 (0,6124) alcançou um valor semelhante ao da cidade de Fortaleza (0,6267). A pequena diferença de índices indica que o bairro possui uma distribuição de renda um pouco melhor do que a da cidade como um todo. Entretanto, o elevado valor alcançado revela uma grande disparidade de rendimento entre as camadas mais pobres e mais ricas do bairro. Com base nos dados do *survey* de 2019, o cálculo do índice de GINI da ZEIS foi atualizado. O indicador alcançou um valor bem inferior ao de 2010 (0,3931), revelando uma diminuição significativa da desigualdade de renda no bairro/ZEIS.

Esse resultado, entretanto, deve ser tomado com cautela. Como apresentado anteriormente, o bairro não apresentou crescimento de renda familiar ou per capita. Do mesmo modo, a informalidade corresponde a cerca de metade dos rendimentos dos habitantes do bairro, confirmando o empobrecimento da população local. Em conjunto, os dados reforçam que tem ocorrido uma homogeneização de renda entre os habitantes do bairro em níveis mais baixos de rendimento. Outra razão para se tomar os resultados com prudência é a diferença de renda apresentada entre as extremidades superiores das amostras de 2010 (IBGE) e 2019 (*survey*). Houve uma disparidade nos rendimentos dos estratos de renda da amostra do Censo e do *survey* realizado nesta pesquisa. Todos os quartis de renda do *survey* apresentaram um valor de rendimento inferior ao coletado pelo IBGE.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (IBGE, 2010), o bairro apresentou um valor de 0,2847, valor muito aquém da média da cidade de Fortaleza (0,754). O IDH-educação para o bairro está classificado como o 20º pior entre os bairros da capital (0,9098). Para a classificação quanto ao IDH de longevidade, ele foi classificado como o 61º pior (0,4217). Na avaliação do IDH-renda, foi classificado como o 27º pior (0,0296). Os dados detalhados do IDH do bairro são apresentados na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – IDH Detalhado Arraial Moura Brasil - 2010

IDH	IDH - Educação	IDH - Longevidade	IDH - Renda	Posição no Município
0,2847	0,910	0,422	0,060	75º

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura Municipal de Fortaleza (2023). Baseado no Censo IBGE 2010.

4.4 ESCOLARIDADE

Especificamente em relação à educação da população do bairro, observa-se que havia uma quantidade expressiva de pessoas consideradas analfabetas, cerca de 13,2% (CENSO IBGE, 2010). Os detalhes das taxas de alfabetismo e analfabetismo por faixa etária e sexo podem ser conferidas na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Taxa de Analfabetismo x Grupo de Idade x Sexo Arraial Moura Brasil - 2010

Idade	Total				Homem				Mulher			
	Total	Alfa	Não alfa	%	Total	Alfa	Não alfa	%	Total	Alfa	Não alfa	%
Total	3.463	3.005	458	13,23	1.636	1.442	194	11,86	1827	1.563	264	14,45
5 a 9 anos	309	170	139	4,01	162	89	73	4,46	147	81	66	3,61
10 a 14 anos	346	325	21	0,61	183	171	12	0,73	163	154	9	0,49
15 a 19 anos	308	299	9	0,26	157	153	4	0,24	151	146	5	0,27
20 a 24 anos	357	343	14	0,40	176	169	7	0,43	181	174	7	0,38
25 a 29 anos	338	318	20	0,58	159	146	13	0,79	179	172	7	0,38
30 a 34 anos	312	295	17	0,49	157	147	10	0,61	155	148	7	0,38
35 a 39 anos	280	267	13	0,38	138	133	5	0,31	142	134	8	0,44
40 a 44 anos	254	232	22	0,64	119	115	4	0,24	135	117	18	0,99
45 a 49 anos	225	194	31	0,90	110	97	13	0,79	115	97	18	0,99
50 a 54 anos	196	160	36	1,04	83	70	13	0,79	113	90	23	1,26
55 a 59 anos	136	108	28	0,81	56	49	7	0,43	80	59	21	1,15
60 a 64 anos	134	101	33	0,95	47	39	8	0,49	87	62	25	1,37
65 a 69 anos	92	64	28	0,81	35	25	10	0,61	57	39	18	0,99
70 a 74 anos	76	64	12	0,35	21	18	3	0,18	55	46	9	0,49
75 a 79 anos	41	28	13	0,38	18	13	5	0,31	23	15	8	0,44
80 anos ou mais	59	37	22	0,64	15	8	7	0,43	44	29	15	0,82

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

A tabela revela uma enorme disparidade entre homens e mulheres, em especial após os 35 anos. Dados do *survey* de 2019, por outro lado, revelam que apenas cerca de 2,0% dos respondentes em idade economicamente ativa afirmaram ser analfabetos, indicando uma evolução consistente da formação básica na comunidade. 26,16% dos respondentes indicaram possuir ensino fundamental incompleto. 18,30% terminaram o ensino fundamental, mas não concluíram o ensino médio. O grupo com maior representatividade é de indivíduos que finalizaram o ensino médio (36,51%). Já o grupo com menor representatividade é de pessoas que concluíram o ensino superior (15,94%). A escolaridade, entretanto, ainda permanece como uma preocupação atual da ZEIS. Cerca de 45% da amostra acima de 18 anos revelou não ter alcançado o ensino médio. A disparidade entre homens e mulheres, em contraste, não se apresentou tão destacada, com ambos os sexos com resultados similares entre os estratos de escolaridade ($t = -0,871$; $Sig. = 0,386$).

A importância da formação educacional da população encontra-se na sua comprovada relação com o incremento de renda. A escolaridade é comumente destacada como uma das principais responsáveis não apenas pelo aumento de renda individual, mas pelo desenvolvimento econômico local. De fato, ao se observar a influência da escolaridade na renda dos moradores da ZEIS, observa-se a existência de uma relação positiva e significativa ($F(2, 107) = 3,321$; $p = 0,040$). Por fim, apesar de os jovens representarem cerca de 86% dos indivíduos com ingresso no ensino superior, apenas 14,7% dos jovens com 20 anos ou mais estão nesse estrato. Esses dados reforçam a ideia de uma inércia histórica e econômica sobre o bairro, a qual dificulta a evolução da qualificação profissional dos seus moradores.

5 DISCUSSÕES

Uma reflexão acurada com respeito à qualidade da educação supõe apreendê-la no âmago da dinâmica socioeconômica e cultural local. Implica perceber como as políticas educacionais interagem com os projetos de desenvolvimento, os quais, por sua vez, articulam-se, de forma mais ou menos autônoma, com as sucessivas mutações da economia mundial. No seio dessa dinâmica, são produzidos valores que se traduzem em diferentes sentidos para a educação de qualidade. Observada pela função social, a educação de qualidade se realiza na medida em que logre preparar o indivíduo para o exercício da ética profissional e da cidadania. Supõe, ainda, educá-lo para compreender e ter acesso a todas as manifestações da cultura humana; do ângulo puramente pragmático, a educação de qualidade se resume ao provimento de padrões aceitáveis de aprendizagem para inserir o indivíduo – como produtor-consumidor – nas dinâmicas sociais, inclusive de mercado (FONSECA, 2009).

Os principais problemas da educação nas comunidades de baixa renda se concentram na dificuldade de acesso à escola e ao processo de aprendizagem, na falta de investimentos na estrutura física, na formação docente, no currículo e em inovação assim como também numa baixa participação das famílias (pais e ou responsáveis) no convívio escolar das crianças. Essa baixa participação decorre muitas vezes, senão sempre, devido ao nível de pobreza das famílias de menor renda, apresentando dificuldades no acompanhamento do processo de aprendizagem das crianças e, em muitos casos, levando um grande número de crianças ao abandono da escola. Porém, mesmo com as dificuldades, é ainda por meio da educação que se torna possível quebrar a lógica da pobreza, permitindo ascensão social e econômica assim como melhoria da qualidade de vida e bem-estar social.

Essa relação entre a educação e erradicação das desigualdades sociais reside no fato de que a falta ou a escassez de igualdade de condições e de oportunidades na sociedade acaba por afastar as famílias mais pobres da escola. Como consequência, interrompe o ciclo de formação de crianças e adolescentes, os quais encontram dificuldade para concluir o ensino básico, o ensino técnico e deixando ainda mais distante o sonho da formação superior e profissional.

A escassez de condições deflagra a desigualdade na educação cujo censo escolar brasileiro aponta, no ano de 2019, para números elevados de abandono e evasão escolar entre os jovens brasileiros, concentrando-se principalmente nas classes sociais de baixa renda (CENSO INEP, 2019). Nesse sentido, a visão, o sentido e o discurso sobre a educação como porta para a melhoria da qualidade são fragilizados em decorrência da falta de oportunidades que promovam a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social. Nesse ínterim, o investimento de tempo e a dedicação a uma formação educacional, técnica, científica ou profissional deixam de ter um propósito claro para a população em condição de vulnerabilidade, dado a qualidade de emprego e renda oferecidos pelo mercado. Essa contradição entre a ideia de que a escola é promotora do desenvolvimento social e econômico produz, reproduz e aprofunda as desigualdades sociais e comprometendo substancialmente o desenvolvimento econômico e social do país.

Seguindo essa perspectiva sobre o papel social da educação e suas potenciais disfunções em contextos de vulnerabilidade, as seções a seguir avançam sobre o debate na temática. Dessa forma, promove-se uma reflexão sobre a articulação entre condições de trabalho e renda e as políticas públicas educacionais em contextos marcados pela escassez.

5.1 TRABALHO FORMAL, TRABALHO INFORMAL, RENDA E NÍVEL DE ESCOLARIDADE.

Os resultados do estudo demonstram o crescimento e a consolidação do turismo como principal atividade econômica da região da ZEIS do Arraial Moura Brasil, sendo a atividade hoteleira a que mais se destaca na geração de empregos formais. Porém, a relação entre trabalho e renda demonstrou o empobrecimento do trabalhador formal. A renda média por família se manteve em torno de um a dois salários-mínimos no decorrer dos anos analisados, não melhorando a capacidade de consumo desses trabalhadores, o que acabou influenciando o crescimento do trabalho informal como atividade complementar de renda. Nesse sentido, o crescimento do trabalho informal reflete o aumento da desigualdade quando este mesmo trabalho é resultado da diminuição de ofertas de trabalho no mercado formal, o que por sua vez acaba por acelerar e aumentar o empobrecimento da população da região com a diminuição das vagas de trabalho e como consequência a diminuição da renda das famílias mais pobres. Portanto, o trabalho informal surge como resultado do empobrecimento da população e está diretamente ligado à incapacidade do estado e da iniciativa privada de geração de emprego e renda.

O empobrecimento afeta a capacidade das famílias de investimento em seu capital social e humano o que acaba por impactar as condições de prosseguir com a formação educacional adequada em detrimento da necessidade de trabalhar para recompor a renda familiar e para o autossustento em meio ao aumento do custo de vida nos grandes centros urbanos, como ocorre na cidade de Fortaleza. A pesquisa reflete então a relação de proporção que há entre trabalho informal e o baixo nível de escolaridade. A relação entre trabalho informal e escolaridade mostra que os indivíduos que concluíram o ensino médio possuem renda significativamente superior aos que não concluíram. Entretanto, o ingresso no ensino técnico ou superior não garante, em média, um incremento de renda significativo. Nesse sentido, pode-se considerar que o contexto econômico marcado pela escassez de recursos afeta diretamente o perfil do trabalhador e seu nível de escolaridade puxando para níveis mais baixos a renda individual e familiar e afetando a qualidade de vida dos indivíduos (DUFLO; BANERJEE, 2012). Essa constatação é especialmente pertinente ao Arraial do Moura Brasil.

Na ZEIS pesquisada, é possível observar uma condição denominada de armadilha da pobreza (DUFLO; BANERJEE, 2012), que se caracteriza pela desproporcionalidade entre o esforço para a conclusão das etapas de formação educacional e o incremento marginal da renda dela derivada. Nesse sentido, um dos entraves à criação de novos empregos formais se dá pela incapacidade de atendimento às necessidades básicas de alavancagem socioeconômica para saída da pobreza, uma delas é a qualificação profissional associada aos baixos índices da formação educacional. Sendo assim, são necessárias proposituras de novas políticas públicas de geração de emprego e renda que objetivem a formação e qualificação profissional para o potencial econômico e social do Arraial do Moura Brasil, dentre eles o turismo, cultura, comércio varejistas e o empreendedorismo.

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS DE POBREZA

Qualificar a política pública como “de Estado” é uma redundância, já que o conceito mais apropriado de política pública pressupõe uma dimensão de Estado e não de governo. Então as ações de iniciativa de um governo são de outra natureza, podendo gerar políticas públicas, mas não se confundindo com elas. Porém, a justa defesa de uma

política pública, para além da ação governamental, não pode significar desvalorizar ou refutar as iniciativas de um governo em suas ações específicas, na formulação e defesa de um projeto educacional para a nação.

5.2.1 A Orientação Econômica das Políticas Educacionais para a Redução da Pobreza

Nos últimos anos, as orientações para a política pública educacionais no país foram determinadas seguindo-se as orientações do Banco Mundial. O objetivo central dessas orientações reside na mitigação da pobreza, no qual tais políticas deveriam conceber a escola como espaço de proteção social baseado implementação de um currículo instrumental ou de resultados. Esses programas de políticas públicas baseados no desenvolvimento voltado para resultados provocaram, ao longo dos anos, o desfiguramento da escola como espaço de formação científica e cultural do conhecimento. Uma das principais consequências desse desfiguramento foi o processo de perda de identidade da escola com a sua real função dentro da sociedade, a qual seria o espaço social de construção e desenvolvimento educacional, científico, cultural e tecnológico.

Essa relação entre os interesses econômicos e os sociais é geradora de tensão. Políticas econômicas neoliberais visando adequar a escola às necessidades da economia acabam por não beneficiar os principais sujeitos e indivíduos cujos deveriam ser contemplados, atrasando e retardando ainda mais a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente a mais vulnerável. A educação pública, assim como as políticas, programas e projeto em educação deveriam atender prioritariamente os cidadãos visando a sua promoção socioeconômica, a justiça social, o bem-estar e a qualidade de vida, alcançando outras esferas para além da econômica.

Nesse sentido, vale ressaltar as orientações político-pedagógicas que baseiam toda a formação curricular do ensino no Brasil. Essas orientações são dadas em três linhas, a saber: i) A orientação dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial com as políticas educativas de proteção à pobreza associada ao currículo instrumental ou de resultados considerados imediatistas; ii) A orientação sociológica/intercultural de atenção à diversidade social e cultural, geralmente ligada aos estudos no campo do currículo; e iii) A orientação dialético-crítica assentada na tradição da teoria histórico-cultural ou em versões de pedagogias sócio-críticas. As três linhas devem ser atendidas simultaneamente, evitando-se a predileção por uma perspectiva específica.

5.2.2 Ensino Fundamental, Médio Incompleto e Técnico-Profissionalizante

No caso do Arraial Moura Brasil, quem possui o ensino fundamental incompleto (R\$ 390,00) possui um nível de renda similar a quem possui grau de instrução até o ensino médio incompleto (R\$ 379,00). Nesse sentido, o incremento de renda em relação à escolaridade ocorre apenas com a finalização de etapas de formação educacional, como ocorre caso o indivíduo termine o ensino médio (média = 562,7; $p = 0,018$), o que pode ser muito custoso para os indivíduos compararem o retorno futuro de ganhos decorrentes da educação e os retornos imediatos do trabalho.

O mesmo não acontece, no entanto, caso ele ingresse no nível técnico ou superior. Considerando-se o alto valor econômico necessário para a formação superior, composto não apenas pelo valor das mensalidades, matrículas, livros e transporte, mas pelo custo de oportunidade e tempo que ela demanda, pode haver um esforço

desproporcional aos ganhos decorrentes dessa formação. Esse dado pode ajudar a explicar o ainda reduzido número de moradores com ensino superior completo ou incompleto na ZEIS (11,8%).

Políticas públicas educacionais que promovam, incentivem e fomentem o tempo e a permanência dos alunos na escola, assim como deem suporte para a formação técnica e profissional fundamentada na qualificação necessária para o mercado formal de trabalho são demandas urgentes para comunidades em situação de vulnerabilidade econômica. Do mesmo modo, tais políticas devem ampliar o acesso ao conhecimento científico e cultural possibilitando uma formação educacional de qualidade com objetivos claros de desenvolvimento social (cidadania), psicossocial (relativos ao aumento dos níveis de aprendizagem e reflexão crítica) e laboral (aumento do desenvolvimento das capacidades técnicas) a partir do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o trabalho (politécnica) aliados e articulados a práticas socioculturais e institucionais (aproximando o aluno cada vez mais da escola) como meio para superação da condição de pobreza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a evolução do quadro socioeconômico da ZEIS do bairro Moura Brasil entre os anos de 2010 e 2019 com o objetivo geral de discutir e promover reflexões para a melhoria das condições de qualidade de vida e bem-estar social. Para tal, teve como principal âmbito de análise as políticas públicas educacionais voltadas à população residente do bairro, marcada por um contexto de pobreza.

Nesse sentido, foram analisados os principais dados socioeconômicos ligados à geração de trabalho, emprego, renda, nível de escolaridade, bem-estar social, assim como também foram analisados os índices de desenvolvimento humano (IDH) e GINI da população do ZEIS durante o período supracitado. Apesar da diminuição da desigualdade de renda na comunidade na última década, não houve aumento dos rendimentos locais. A estática na mobilidade social na comunidade demonstra os desafios associados à melhora das condições de bem-estar social da ZEIS.

Especificamente em relação à educação, ressalta-se que a escolaridade da população ainda permanece como uma preocupação atual da ZEIS. Os dados do *survey* de 2019 revelam que cerca de 45% da amostra acima de 18 anos revelou não ter alcançado o ensino médio. O Ensino Fundamental Incompleto apresenta 26,16% dos respondentes com ensino fundamental incompleto, enquanto 18,30% terminaram apenas o ensino fundamental. Os dados demonstram que a importância da formação educacional da população para supressão da pobreza, pois esta está intimamente relacionada ao incremento de renda. A escolaridade é comumente destacada como uma das principais responsáveis não apenas pelo aumento de renda individual, mas pelo desenvolvimento econômico local. De fato, ao se observar a influência da escolaridade na renda dos moradores da ZEIS, observa-se a existência de uma relação positiva e significativa. Por fim, apesar de os jovens representarem cerca de 86% dos indivíduos com ingresso no ensino superior, apenas 14,7% dos jovens com 20 anos ou mais estão nesse estrato. Esses dados reforçam a ideia de uma inércia histórica e econômica sobre o bairro, a qual dificulta a evolução da qualificação profissional dos seus moradores.

Considerando os dados da amostra coletada é possível verificar que a relação entre o crescimento do trabalho informal e o baixo nível de escolaridade puxou para baixo a renda do trabalhador, obrigando-lhe a recorrer a outros meios econômicos de subsistência que não o trabalho formal. A alta representatividade do setor informal, aliada à baixa remuneração relativa desse setor quando comparada ao mundo formal,

reforçam a perspectiva de pobreza descrita por Amartia Sen, o qual busca compreender a natureza e causas da pobreza desviando o seu foco dos meios meramente materiais. Outros fatores, além do baixo nível de renda, são responsáveis pela pobreza, dentre eles destaca-se, especialmente, a ausência das capacidades individuais e sociais. Essa ausência ressalta uma carência sistêmica, associada à carência de estruturas estatais e mercadológicas que oportunizam o desenvolvimento das capacidades humanas. Por meio deles as pessoas podem suprir tanto as suas necessidades essenciais quanto alcançar sua liberdade. Nesse sentido, a educação ganha relevância central para a abordagem, uma vez que se caracteriza como um dos meios fundamentais para se alcançar os fins suscitados pelo autor.

Os resultados pontam para a necessidade de enfrentamento das questões socioeconômicas com a implementação de políticas públicas de fomento e desenvolvimento econômico e social baseadas no incremento do sistema educacional. Essa implementação teria como objetivo principal melhorar o nível de escolaridade da população da área investigada, promovendo a ascensão social e econômica por meio da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social a partir da educação, da qualificação e ampliação da educação integral e profissional. O *locus* de aplicação dessas políticas seriam as escolas presentes na comunidade e em seu entorno, fazendo com que crianças e adolescentes permaneçam o máximo de tempo na escola para se dedicarem à formação científica e cultural. Os desdobramentos dessa política ajudariam a consecução de novas formas e/ou modelos educacionais que atendam a diversos públicos, mesmo aqueles que estejam fora de faixa da formação fundamental e média.

Sendo assim, um problema central se mostra com relação ao nível de escolaridade e a faixa etária da população da ZEIS Moura Brasil, caracterizada por uma forte presença de pessoas acima de 18 anos fora da faixa escolar e sem ensino médio. A idéia seria enfrentar esses números baixos de escolaridade nessa faixa de idade com o fomento de políticas públicas educacionais que incentivem o retorno dessa população à escola e terminem seus níveis de formação escolar e se qualifiquem para o mercado de trabalho formal.

A pesquisa apresenta algumas limitações que devem ser pontuadas. Primeiramente, se limita a analisar o empobrecimento de uma única comunidade. Apesar de trazer contribuições que podem ser generalizadas para outras comunidades em condição de vulnerabilidade socioeconômica, os resultados são próprios da ZEIS Moura Brasil. Do mesmo modo, apesar de apresentar dados que representem a comunidade como um todo, os dados referem-se, majoritariamente, às condições individuais dos respondentes, sem se aprofundar em características sociais, como solidariedade, orientação ao cooperativismo ou interesse em participar em negócios coletivos. Essas limitações também suscitam possibilidades para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, Netherlandas, v. 95, n. 8, p. 476-87, 2011.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. **Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries**. Working Paper No. 38, Oxford Poverty & Human Development Initiative. 2010. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/48297/1/3_alkire.pdf> Acesso em: 22 jun. 2023.

BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. **A economia dos pobres: repensar de modo radical a luta contra a pobreza global**. Lisboa: Temas e Debates–Círculos Leitores, 2012.

CENSO INEP. **Censo Escolar INEP**. 2019. Disponível em: <https://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>. Acesso em: 22 de jun. 2023.

CORRAR, L. J. PAULO, E. DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedex**, São Paulo, n. 29, p. 153-177, 2009.

HAIR, J. F., Jr., et al. **Multivariate data analysis**. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2006.

HAMILTON, K.; CATTERALL, M. Towards a better understanding of the low income consumer. **Advances in Consumer Research**, United States, v. 32, n. 1, p. 627-632, 2005.

HILL, R. P.; MARTIN, K. D. Absolute and relative restriction and consumer behavior: Implications for understanding global consumption. **Journal of Consumer Affairs**, United States, v. 46, n. 1, p. 37-61, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 22 de jun. 2023.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 113-122, 2000.

LIBÂNIO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 38-62, 2016.

MAGALHÃES, K. et al. Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1493-1514, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**. Uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SAATCIOGLU, B.; CORUS, C. Poverty and intersectionality: A multidimensional look into the lives of the impoverished. **Journal of Macromarketing**, United States, v. 34, n. 2, p. 122-132, 2014.

SANTOS, J. M. C. T.; DIÓGENES, E. M. N. Políticas públicas de educação para o ensino médio no final do século XX: história em contexto. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 14, p. 3-24, 2013.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO **Mapas, índices e indicadores de Fortaleza**. 2023. Disponível em: <<https://public.tableau.com/profile/secretaria.de.desenvolvimento.economico.sde#!/>>. Acesso em: 20 mai 2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

SEN, A. **On Economic Inequality**. Expanded edition with a substantial annex by James E. Foster and Amartya Sen. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford economic papers**, United Kingdom, v. 35, n. 2, p. 153-169, 1983.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

SEN, A. Well-being, agency and freedom: The Dewey lectures 1984. **The journal of philosophy**, United States, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.

SEN, A. **The standard of living**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1988.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

VITA, A. Justiça distributiva: a crítica de Sen a Rawls. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-496, 1999.